

A Legislação e a formação do professor sem habilitação na Educação Infantil

Este artigo refere-se à discussão sobre a formação dos professores para a Educação Infantil, dando destaque à formação do professor sem habilitação que trabalha na creche.

Com a implantação da LDB¹ e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil², é imprescindível a necessidade de pensar na formação dos professores que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil e que não possuem a formação mínima para exercer a sua função.

Assim, ao defender a implantação de políticas para a Educação Infantil que assegurem o direito das crianças e que priorizem a construção de propostas pedagógicas que tenham por base a relação unitária do cuidar e educar, é importante rever a função do professor da Educação Infantil e sua formação. Qual é a história de formação deste profissional?

Historicamente, as mulheres, em sua grande maioria, são as responsáveis pela educação das crianças de 0 a 6 anos. Ela sai da esfera privada (sua casa) para realizar seu trabalho materno na esfera pública em creches e jardins de infância e lá recebe diferentes denominações podendo ser chamada de crecheira, babá, pajem, monitora, atendente ou tia. Mediante as denominações acima indicadas, o professor de Educação Infantil é visto de várias formas na sua atividade pois, ora é considerado um pajem aquele que vai cuidar da criança fazendo as suas vontades e atendendo em suas necessidades básicas e ora é chamado por tia na perspectiva de um relacionamento mais próximo à sua família. (Silvia, 2002)

Mais recentemente, o termo educadora é utilizado como substituto do termo atendente, que sempre esteve vinculado ao

atendimento assistencialista. Exemplo disso é o relato da pesquisadora Isabel de Oliveira e Silva sobre a denominação dada ao profissional da Educação Infantil em Belo Horizonte:

O termo *educadora*, adotado pela maior parte das profissionais e das creches (no caso de Belo Horizonte), é uma evidência de um processo de reflexão realizado por esses sujeitos, ao longo das duas últimas décadas em que elas vieram, na relação com agências formadoras, com o poder público e por meio do contato com a literatura da área, questionando as concepções que estiveram na base do atendimento em creches, cuja ênfase, como sabemos, colocava-se na dimensão da assistência, reconhecendo-se aí sua dimensão de projeto educativo para subordinação, como advertiu Kulmann Junior. (SILVA, 2002, p.206)

Como a lógica do trabalho com a primeira infância foi tecida através do objetivo de guarda e cuidado, os adultos que lá atuam são mulheres da classe trabalhadora que não tiveram acesso a educação e que foram pensadas como aquelas que têm uma boa intenção maternal para cuidar das crianças e por tanto não precisam de formação específica.

A maioria das professoras que trabalham com a faixa etária 0 a 3 anos, não estão inseridas em um plano de carreira e salários, assumem uma sobrecarga de mais de 8 horas diárias e não possuem formação básica para exercer suas atividades.

Segundo Nascimento 2000, ao mesmo tempo em que na educação nas creches observa-se um número alto de professores sem habilitação, nas instituições privadas e nas pré-escolas públicas - que atendem a faixa etária de 5 a 6 anos - os professores, em sua grande maioria, são formados no magistério secundário ou cursos de graduação. Isto acontece devido à concepção da educação pré-escolar entendida enquanto educação preparatória visando combater a dificuldade de aprendizagem na primeira série e mais recentemente a entrada das crianças de 6 anos nas classes de alfabetização.

Neste contexto, mais uma vez fica evidente que, historicamente, não há uma preocupação com a formação dos professores que atuam em creches.

No Brasil grande parte das profissionais que trabalham diretamente com a criança das creches não possuem a formação inicial. As estatísticas divulgadas pelo MEC³ em 1999 relatam que "em 1996, dos 219.517 professores da Educação Infantil, 16.198 não haviam completado o Ensino Fundamental; os que completaram somam 19.069. Professores com formação em Nível Médio Magistério são 134.696, com outras habilitações ainda neste nível 9.493. Dos professores da Educação Infantil que possuem Nível Superior, 35.693 possuem licenciatura, os sem licenciatura somam 4.368."⁵

Os índices apresentados acima revelam dados nada animadores pois:

(...) não é possível quantificar o número exa-

to de professores leigos, atuantes nas creches e pré-escolas, uma vez que não apresentam a especificidade dos cursos de Magistério e das Licenciaturas. Vale ressaltar, entretanto, que 44.760 professores responsáveis pela educação e cuidado das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas não possuem nem mesmo a formação no Magistério. (MACHADO, 2002, p.16)

As pesquisas realizadas pelo MEC apontam ainda para um número expressivo de profissionais que atuam na educação infantil e que não completaram o ensino fundamental. Muitos possuem o Ensino Médio, porém não têm nenhuma formação específica no magistério ou habilitação para o trabalho com as crianças de 0 a 6 anos. Muitos professores estão completando toda a sua formação no ensino supletivo de forma rápida e isso acaba se repetindo na formação inicial em serviço⁶.

Em 2003 o INEP realizou a Pesquisa sobre "Estatísticas dos Professores no Brasil" e apontou para:

14% das funções docentes que atuam em Creche têm formação inferior ao Ensino Médio, e esse quadro mostra-se relativamente uniforme ao se comparar as regiões geográficas. Contudo, nunca é demais ressaltar sobre as precariedades das estatísticas sobre creches no Brasil, visto que uma parcela dessas encontra-se não regularizada e, portanto, não responde aos questionários do Censo Escolar. Diante disso, podemos adiantar que os problemas de qualificação dos profissionais nesse segmento são bem mais graves do que os indicadores da pesquisa parecem apontar. (INEP, 2003, p.23)

A preocupação em abordar os aspectos acima citados é essencial para apontar os desafios dos profissionais frente às políticas públicas, na busca da qualidade desse ensino e de uma formação inicial que seja significativa e suficiente.

Assim, torna-se fundamental analisar os aspectos legais da formação do professor.

Mas como exigir a formação docente em um país onde um número significativo de profissionais da Educação Infantil não possui sequer o ensino fundamental completo?

Ao exigir a formação inicial dos professores da Educação Infantil a LDB trou-



A formação de professores de educação infantil deve responder à nova concepção de creche e pré-escola, a qual lhes confere caráter educativo

xe para os professores que atuam na área e que não possuem titulação, uma ambigüidade em relação às suas perspectivas profissionais: em primeiro lugar a formação exigida representa a possibilidade da implantação de políticas públicas que visem a sua formação em serviço e a sua inserção na carreira de professor de Educação Infantil, porém por outro lado isso também traz uma grande ansiedade e insegurança para esses professores sem formação que não conseguirão apenas por sua vontade e esforço individual mudar essa realidade.

Segundo Kuhlmann 1997, é impossível exigir esta formação inicial do profissional que atua na primeira etapa da Educação Básica sem pensar nas condições de trabalho desses professores e na qualidade dos cursos de formação que deverão ser ofertados.

Hoje, essa preocupação continua e se acentua, devido aos debates mais recentes sobre a formação do profissional de educação infantil.

O artigo 62 da LDB, sobre formação dos Profissionais da Educação, institui como habilitação mínima para a atuação dos professores da Educação Infantil e Séries Iniciais do ensino fundamental, o curso normal do ensino médio. E, também

determina, no artigo 87 § 4º da Disposições Transitórias, apesar da sua imprecisão e ambigüidade, que até o final da década da educação (1997 - 2007), somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. Esses artigos trouxeram uma nova realidade para os profissionais da Educação Infantil, e em especial para os que já atuam nas creches e pré-escolas e que não possuem a formação necessária para exercer a função que ocupam.

Após a implantação da LDB, em 1998, o MEC lança o documento "Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil". A organização desse documento foi resultado de uma articulação entre o Conselho Nacional da Educação e os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação que, através de seus representantes, colaboraram para a construção desses subsídios para a regulamentação da Educação Infantil conforme as deliberações da lei e de modo a garantir padrões básicos de qualidade no atendimento prestado em creches e pré-escolas.

Entre as várias questões tratadas está a formação de professores, que aparece na Parte I do documento: "Considerações sobre a regulamentação para formação do professor de educação infantil". O texto

apresenta a preocupação com os programas de formação em serviço e descreve a dimensão do cuidar e educar do trabalho e da função do professor da Educação Infantil após a nova LDB e as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil.

"A formação de professores de educação infantil deve responder à nova concepção de creche e pré-escola, a qual lhes confere caráter educativo. A formação adequada de tais professores concretiza o direito da criança de receber educação de qualidade e consagra a necessidade de estruturar e fortalecer um campo de trabalho que tem sido destituído de maiores exigências". (MEC, 1998, p.9)

Para os sistemas de ensino que possuem professores de educação infantil com formação inferior ao ensino médio o documento aponta para a necessidade da criação de cursos de formação para esses educadores e diz que os Conselhos de Educação deverão regulamentar a qualificação do leigo de educação infantil em nível de ensino fundamental, em caráter emergencial, viabilizando o prosseguimento de estudos para a habilitação mínima em nível médio.⁷

O documento, acima citado, é referendado e regulamentado pelo MEC através da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional da Educação que implanta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ao elaborar essas diretrizes, a CEB, por meio do Parecer Nº 022/98, interpreta a LDB 9394/96, no que se refere à formação dos professores para a Educação Infantil, enfatizando que,

"Menção especial deve ser feita em relação aos educadores para a Educação Infantil, segundo o prescrito nos arts. 62; 63. I, II; 64 e 67 e nas Disposições Transitórias. Art.87. §1º, § 3º. III e IV; e §4º. Fica claro, que durante este período de transição os Cursos Normais de nível médio, de acordo com o art. 62, seguirão contribuindo para a formação de professores, bem como deverão ser feitos todos os esforços entre estados e municípios para que os professores leigos tenham oportunidades de se qualificarem devidamente, como previsto pelos artigos citados". (CEB nº 22/98, pág. 07)

Reafirmando a necessidade de colabo-

ração do Estado e das Instituições formativas do professor, o parecer aponta para um currículo que dê conta de formar integralmente o professor que irá trabalhar com as crianças de 0 a 6 anos. Além disso, chama atenção também para a questão da administração e gestão das instituições, determinando na resolução referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil⁸ que:

"As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem ser criadas, coordenadas, supervisionadas e avaliadas por educadores, com, pelo menos, o diploma de Curso de Formação de Professores, mesmo que da equipe de Profissionais participem outros das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Exatas, assim como familiares das crianças. Da direção das instituições de Educação Infantil deve participar, necessariamente, um educador com, no mínimo, o Curso de Formação de Professores".

É interessante ressaltar que, embora não delibere diretamente sobre a formação do professor que atua com as crianças, a Resolução CEB n.º1/99, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil dão ênfase a formação dos profissionais que dirigem e coordenam

as creches e pré-escolas. No entanto, o Parecer Nº 022/98 que acompanha as diretrizes aponta para a necessidade da formação em inicial em serviço e da formação continuada.

É nessa conjuntura, por meio dos pareceres e deliberações da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que a Secretaria do Ensino Fundamental do MEC constrói um novo conceito de profissional da educação infantil, a partir da LDB.

No ano de 1999 essa Secretaria lança os "Referenciais para a Formação de Professores", que indica as novas funções do professor e a necessidade de mudança nos currículos dos cursos de formação. Nesses referenciais estão destacados: os desafios urgentes da formação e da titulação dos professores leigos, a reformulação dos cursos de formação em nível médio, a universalização gradual da formação em nível superior para todos os professores da educação infantil e ensino fundamental.

Seguindo as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, este documento aborda as competências necessárias para o papel dinâmico do professor na sociedade atual e na instituição escolar onde deve exercer várias funções. Entre elas, está a de organizador e planejador de atividades,



É necessário que haja por parte dos Governos (Nacional, Estaduais e Municipais) a implantação de Políticas Públicas que garantam a efetivação e a reflexão sobre as condições humanas, físicas e pedagógicas dos cursos de formação existentes.

competência essa que é assim definida:

A competência refere-se à capacidade de mobilizar múltiplos recursos, entre os quais os conhecimentos teóricos e experiências da vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações de trabalho. Apóia-se, portanto no domínio de saberes, mas não apenas dos saberes teóricos, e refere-se à atuação em situações complexas. (RCF, MEC, 1999, p.25)

As competências, explicadas nos documentos, são entendidas como responsabilidade individual do professor, que deve atingir várias dimensões que exigem a sua participação como organizador do seu processo de formação e, para, além disso, como organizador do projeto político pedagógico da escola e de relacionamento com a comunidade.

Assumindo a lógica do mercado e sem considerar a realidade dos Cursos de Formação de Professores, a precarização do trabalho do professor e suas condições de trabalho, de carreira e de salário, o documento não apresenta uma proposta que discuta a responsabilidade do poder público para esta formação.

É necessário que haja por parte dos Governos (Nacional, Estaduais e Municipais) a implantação de Políticas Públicas que garantam a efetivação e a reflexão sobre as condições humanas, físicas e pedagógicas dos cursos de formação existentes.

Em 2000, a Câmara de Educação Básica do CNE institui o parecer normativo nº 04/2000 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil. Esse parecer descreve os documentos legais que regem este nível de ensino (LDB e As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), aponta para a integração entre os diferentes profissionais que atendem a criança de zero a seis anos (saúde, assistência e educação), reafirma a formação necessária para todos os profissionais que trabalham neste nível de ensino e aporta para a criação de estratégias de colaboração, entre os vários sistemas de ensino e instituições formadoras para a formação e habilitação dos professores para a Educação Infantil.

Novamente está presente no documento oficial a importância da formação dos professores em serviço e a formação ne-

cessária para o exercício dessa função. No entanto, não responsabiliza as instituições mantenedoras pelos custos das "alternativas" para formação, abrindo espaço para a privatização.

É preciso destacar que o Plano nacional de Educação⁹ define objetivos e metas referentes à formação de professores para a Educação Infantil, contidas na parte II do documento que versa sobre as modalidades de ensino. Os itens que dizem respeito à Educação Infantil e a formação docente propõem a colaboração entre a União, os Estados e Municípios, Universi-

Porém, são grandes os problemas para que se cumpram as metas acima já que é grande o grande número de profissionais sem formação que atuam na área, a alegada falta de recursos para a implantação de programas de formação e a interpretação dos Conselhos de Educação de alguns Estados e Municípios que não cumprem a LDB 9394/96. É o que diz Kramer (2001, p.91) "(...) é relevante destacar a não exigência de formação em nível médio, na modalidade Normal, para os profissionais que atuam na educação in-



É preciso mobilizar a sociedade civil organizada (Sindicatos, Fóruns, Movimentos,...) e exigir do poder público a oferta de formação inicial para os professores que trabalham nas creches.

dades, Institutos Superiores de Educação e Organizações não governamentais para estabelecer um Programa Nacional de Formação de Profissionais de Educação Infantil. Este programa deve servir para que se cumpra as seguintes metas:

- a) que, em cinco anos, todos os dirigentes de instituições de educação infantil, possuam formação apropriada em nível médio (modalidade Normal);
- b) que, em cinco anos, todos os professores tenham habilitação específica de nível médio e, em dez anos, 70% tenham formação específica de nível superior.

fantil, caminhando em sentido contrário à Lei 9394/96 (LDBEN) e à resolução da CEB, nº2, de 19 de abril de 1999".¹⁰

Já no Estado do Paraná, o Conselho Estadual, através da deliberação 003/99 dá ênfase à necessidade de formação do professor, de acordo com a legislação vigente:

"Art.42 - O docente para atuar na educação infantil, deverá ser formado em curso de nível superior (licenciatura de graduação plena), admitida como graduação mínima oferecida no Curso Normal ou equivalente em nível médio, com habilitação espe-

cífica para a Educação Infantil.

§ 1º - Se comprovada a inexistência de professores especificamente habilitados para a Educação Infantil, poderão ser indicados docentes formados no Curso Normal ou equivalente em nível médio ou Curso de Pedagogia, sem a especialização de que trata o presente artigo."

Embora tenhamos no Estado do Paraná a legislação do Conselho Estadual de Educação deliberando que os professores para a Educação Infantil possuam pelo menos a titulação mínima prevista na LDB, isto não significa que todos os Municípios venham a realizar e praticar o que prevê esta deliberação.

Exemplo desta realidade é a Política de Educação da Capital do Estado que, desconsiderando a deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, realizou em 2002 e 2003, Concurso Público para o cargo de Educadores da Educação Infantil sem a formação específica.

Aqui está presente a visão de que para trabalhar com as crianças de zero a três anos não é necessária a formação conforme a lei.

Outro aspecto a ser destacado é que, muitas vezes, a formação do professor sem habilitação tem sido proporcionada em cursos aligeirados de ensino supletivo, ou à distância em nível médio, não condizendo com as necessidades postas pela realidade, o que não contribui para repensar a prática profissional e a condição de trabalhador da educação desses profissionais.

No Paraná, os cursos normais públicos de ensino médio foram desativados devido ao cumprimento de acordos internacionais realizados pelo estado que deveria seguir as exigências impostas aos programas de controle e planejamento das políticas públicas.

Com a implantação do PROEM (Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná) – um programa realizado em parceria do Governo do Estado do Paraná e com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

A adesão ao PROEM as Escolas de Ensino médio, através da resolução nº 4.394/96 da Secretaria Estadual do Paraná, substituíram os Cursos Profissionalizantes pelo Curso de Educação Geral de Nível Médio, excluindo também o então chamado Curso de Magistério de 2º

grau.(BRUEL, 2003)

Algumas escolas de formação de professores em nível médio também optaram pelo PROEM por acharem que poderiam se transformar em Institutos Superiores de Educação ou que poderiam realizar os cursos pós-médios.¹¹

^ O término do curso normal no Estado do Paraná foi um ato vergonhoso que não levou em consideração a realidade local e o expressivo número de professores atuantes na Educação Infantil e séries iniciais sem formação.

As escolas de ensino médio que optaram pelo programa foram induzidas a desconsiderar a necessidade de formação de vários trabalhadores da educação, pois foram "ameaçadas" de não receber recursos e seduzidas por propostas que nunca se efetivaram.

Após a extinção do curso normal de nível médio e o adicional de Educação Infantil na Rede Estadual de Ensino, a maior parte dos cursos realizados pelas professoras sem habilitação foram ofertados pela iniciativa privada e ou na modalidade à distância.

Durante o período de ausência da Rede Pública Estadual, os professores sem habilitação foram formados, na grande maioria, em cursos que não discutiram e aprofundaram conteúdos essenciais tais como: a especificidade da Educação Infantil - a relação unitária entre o cuidar e educar, a realidade da Educação Infantil no ensino público após a LDB 9394/96, a falta de financiamento para este nível de educação, as precárias condições de trabalho e salário existentes para os professores e as leis que garantem a democratização e a qualidade.

O curso normal de nível médio ofertado pela Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná só foi reativado em 2004, com a mudança do Governo Estadual, após a luta incansável da sociedade, dos Professores e do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal.

Todos os documentos citados neste texto, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ao Plano Nacional de Educação, reforçam as exigências da LDB, e apontam para a necessidade de formação urgente para os professores sem habilitação na Educação Infantil.

Porém, atualmente, mesmo com tantos documentos priorizando a organização

de programas de formação de forma qualitativa e com uma concepção que prevaleça a especificidade da educação infantil, não é possível dizer que, no Brasil, a formação desses professores está sendo prioridade.

É preciso mobilizar a sociedade civil organizada (Sindicatos, Fóruns, Movimentos,...) e exigir do poder público a oferta de formação inicial para os professores que trabalham nas creches. Esta formação deve propiciar ao professor sem habilitação elementos de análises da sua condição de profissional da Educação, sua valorização profissional e a sua inserção na carreira de professor.

- 1 LDB - Lei 9394 / 96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em Diário Oficial da União - 20.12.96
- 2 Resolução 01/99 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - CEB - Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica.
- 4 MEC - BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, Referenciais para formação de professores. Brasília, 1999. p.37.
- 5 Geralmente as estatísticas acerca da Educação Infantil não consideram a rede informal de atendimento, ou seja, as creches e pré-escolas vinculadas as organizações não-governamentais ou registradas nas secretarias de Assistência Social. Com relação às creches, os dados são ainda mais precários.
- 6 Por formação inicial compreendem-se os cursos que habilitam os professores em dois níveis de ensino – nível médio e superior. (Fernandes, 2000, p. 17)
- 7 MEC, SEF, DPEF, COEDI. Subsídios Para Credenciamento E Funcionamento De Instituições De Educação Infantil, 1998. Parte I, P.10. 20, jul./dez.1997
- 8 Resolução CEB Nº 1, de 7 de abril de 1999 - Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.
- 9 Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, sancionada pelo Presidente da República que institui o Plano Nacional de Educação do Governo Federal- MEC, cujo projeto de Lei que tramitou no Legislativo desde de 1998.
- 10 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Resolução da Câmara de Educação Básica, Nº2, Brasília/1999.
- 11 Aprofundar assunto em TROJAN, Rose Meri. Habilitação Profissional - A formação dos professores e o curso normal. Palestra proferida na XXI Sessão do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública Gratuita e Universal, Ponta Grossa, 18 nov. 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APP - Sindicato, Forum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal, LDB 9394/96, Curitiba, (APP- Sindicato, CUT-CNTE), junho de 1997.
- BRASIL, Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, sancionada pelo Presidente da República que institui o Plano Nacional de Educação do Governo Federal
- BRUEL, A. L., *O Debate Sobre o Ensino Médio no Brasil*, Curitiba, 2003.103 f., Dissertação. Curso de Pós - Graduação em Educação, setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.
- CAMPOS, M. M. *Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 28, p. 53-61, mar. 1979.
- Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: BRASIL, MEC, SEF, COEDI. *Por uma política de formação do profissional de educação infantil*. Brasília: MEC, p. 32-42, 1994.
- CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 022 de 17 de dezembro de 1988. Dispõe parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Resolução n. 01/99 de 07 abril de 1999. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 02/99 de 19 de abril de 1999. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal.
- CÂMARA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Deliberação nº 003/99 de 03 de março de 1999. Institui / Indicação n. 001/99 de 03 de março de 1999. Assunto: Normas para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 04/2000 de 16 de fevereiro de 2000. Dispõe parecer sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Organizado por: BONFIM, B. C., 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Destaque, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), *Estatísticas dos Professores no Brasil*, MEC, Brasil, 2003.
- KRAMER, S., (coordenação). (et al). *Relatório de Pesquisa - Formação de Profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, PUC - RIO, apoio CNPQ e FAPERJ, Novembro 2001 Ravil Editora
- KUHLMANN JR., M. *Infância, História e Educação*. In: Reunião da ANPED (Sessão Especial: História da Infância e Educação), 20, set. 1997.
- MACHADO, M.L.A. (Organizadora), *Encontros e Desencontros na Educação Infantil*, São Paulo, Cortez, 2002.
- SILVA, I.O., *Profissionais da Educação Infantil - formação e construção de Identidades*, São Paulo, Editora Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época V. 85)
- SOCZEK, B. M. *A Formação de Professores para a Educação Infantil no Estado do Paraná: Análise do Curso Normal a Distância em Nível Médio*. Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico, Orientadora: Profª Rose Meri Trojan, DEPLAE, Setor de Educação, Curitiba, 2003, UFPR.
- TROJAN, R. M. *Habilitação Profissional - A formação dos professores e o curso normal*. Palestra proferida na XXª Sessão do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública Gratuita e Universal, Ponta Grossa, 18 nov. 1999.